



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**Requerimento N° 051/2025**

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, após consultado o Soberano Plenário, que sejam enviados ofícios ao Sr. Marinaldo Rosendo de Albuquerque, Prefeito de Timbaúba, assim como à Secretaria de Administração, para que regularizem em menor tempo hábil possível o pagamento dos servidores públicos em geral (comissionados, contratados, terceirizados) vinculados à Prefeitura Municipal de Timbaúba.

**Justificativa**

O presente requerimento tem como finalidade solicitar a regularização, com a maior brevidade possível, do pagamento dos servidores públicos municipais, incluindo comissionados, contratados e terceirizados, que vêm enfrentando atrasos em seus vencimentos. O pagamento em dia é um direito básico de todo trabalhador e uma obrigação fundamental da administração pública. A inadimplência salarial compromete não apenas a dignidade dos servidores e suas famílias, mas também a qualidade dos serviços prestados à população, uma vez que afeta a motivação e o desempenho funcional.

Cumprir destacar que o salário é direito fundamental assegurado pelo artigo 7º, inciso X, da Constituição Federal, sendo de observância obrigatória por parte da administração pública. O não pagamento tempestivo da remuneração viola princípios constitucionais basilares da Administração Pública, como a legalidade, a moralidade e a eficiência (art. 37, caput, da CF/88), além de comprometer diretamente a dignidade da pessoa humana, princípio fundamental previsto no artigo 1º, inciso III, da Carta Magna.

Ademais, o atraso no pagamento de salários pode configurar ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992, e, dependendo das circunstâncias, pode ensejar crime de responsabilidade do gestor público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 201/1967, notadamente quando o inadimplemento for injustificado ou recorrente.

Neste sentido, e em consonância com o dever constitucional e regimental de fiscalização inerente ao mandato parlamentar, impõe-se o presente requerimento como medida legítima e necessária para a proteção dos direitos dos servidores e para a preservação da legalidade no âmbito da administração municipal.

*Recebido  
25/04/2025  
Melo*



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Sala de Sessões da Câmara de Timbaúba, 24 de abril de 2025.

JOAO ROBERTO  
MARTINS CARDOSO

Assinado de forma digital por  
JOAO ROBERTO MARTINS  
CARDOSO  
Dados: 2025.04.24 10:09:27 -03'00"

**JOÃO ROBERTO MARTINS CARDOSO**

Vereador de Timbaúba



Região Nordeste Nº 001/2018

A ordem de dia da reunião

Em Unica discursão

Sala das Sessões 29 / 04 / 20 25


  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

Aprov. do em Unica discursão

Unanidade dos Presentes

Sala das Sessões 29 / 04 / 20 25

  
Presidente